



**ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

RESOLUÇÃO Nº 468 2007
1ª CÂMARA DE JULGAMENTO
SESSÃO 132ª DE 23/07/2007
PROCESSO Nº 1/000233/2003
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1/200213392
RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA
RECORRIDO: ROBERTO MATIAS DO NASCIMENTO
CONS. RELATOR: HELENA LÚCIA BANDEIRA FARIAS.

EMENTA: OMISSÃO DE ENTRADA DETECTADA ATRAVÉS DO SLE. Decide-se por unanimidade de votos confirmar a decisão declaratória de **Nulidade** prolatada na Instância singular. Quando da realização de uma diligência fiscal específica, deve-se lançar apenas créditos tributários decorrentes de infrações relacionadas aos motivos que deram origem à ação, IN No. 07/2004, Art. 2º. § 2º. Inciso II. Ação fiscal Nula por impedimento do agente autuante. Art. 32 da Lei 12.732/97, combinado com o Art. 53 § 2º inciso II do Decreto 25.468/99.

RELATÓRIO:

A empresa acima identificada é acusada de omitir ENTRADA de mercadorias, a acusação foi constatada mediante elaboração do Sistema de Levantamento Estoque, SLE no período de junho a outubro de 2002.

Base de cálculo da autuação R\$ 344.415,98 (trezentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e quinze reais e noventa e oito centavos).

O contribuinte ingressou com impugnação ao feito alegando que:

- ✓ Que a ordem de serviço de No. 2202.223661, determinava uma diligência fiscal restrita, COMETA X GIM, devendo o agente do fisco executar tarefa restrita ao mesmo;
- ✓ Que fora realizada uma fiscalização em profundidade, sendo lavrados autos de infração de omissão de entrada e saída de mercadorias;
- ✓ Que tal levantamento não considerou o ICMS retido por substituição tributária, bem como, houve diversos equívocos com relação as nomenclaturas dos itens, resultando um levantamento totalmente incoerente.

Em primeira instância o auto de infração foi julgado NULO por impedimento do agente do fisco, uma vez que, o mesmo não dispunha de autorização para uma fiscalização de levantamento de estoque, tendo em vista que o Ato Designatório restringia a fiscalização ao confronto das informações contidas no sistema COMETA X GIM.

O contribuinte foi intimado da decisão de 1ª Instância através do TERMO DE INTIMAÇÃO No. 25/2007 anexo fls. 91.

Após analisar os autos e as argumentações da defesa, o parecer da consultoria tributária foi no sentido de que a decisão singular declaratória de Nulidade seja mantida. A douda Procuradoria Geral do Estado adotou referido parecer, sugerindo a Nulidade do feito.

É o Relato.

VOTO:

Trata a infração apontada na inicial de omissão de Entrada de mercadorias, constatada mediante elaboração do Sistema de Levantamento Estoque, SLE no período de junho a outubro de 2002.

Antes de adentrar no mérito da acusação fiscal, é necessário que o julgador analise preliminarmente as formalidades que devem ser observadas pelo agente do fisco na execução da tarefa de fiscalizar, daí é necessário que se faça algumas considerações:

Na presente fiscalização o agente do fisco através do **TERMO DE INTIMAÇÃO** Nº. 2002.15273 solicita ao contribuinte os livros fiscais de entrada e saída, bem como, os documentos fiscais de entrada e os emitidos durante o período fiscalizado.

Ocorre que o referido termo de intimação teve origem da ordem de Serviço No. 2002.23561, o qual designava o agente do fisco a executar fiscalização de diligência fiscal restrita, COMETA X GIM.

Os procedimentos relativos ao desenvolvimento de ações do Fisco, foi devidamente explicitado através da Instrução Normativa No. 07, 2004, a qual determina que na diligência fiscal específica deve-se lançar apenas créditos tributários decorrentes de infrações relacionadas aos motivos que deram origem à ação, § 2º. Inciso II do Art. 2º, senão vejamos:

"Art. 2º Para execução das ações de que trata o § 3º do Art. 1º será emitido, pelo Sistema CAF, Ato Designatório:

§ 2º No exercício da ação fiscal o agente do Fisco fica designado a:

II - na diligência fiscal específica, lançar apenas crédito tributário decorrente de infrações relacionadas aos motivos que deram origem à ação, ocorridas no período consignado;"

O agente do fisco desenvolveu tarefa de fiscalização de auditoria fiscal ampla pela qual não estava designado, conforme ordem de serviço anexa fls. 04, encontrando-se portanto impedido, conforme estabelece a legislação processual em vigor mais precisamente o Art. 32 da Lei 12.732/97.

Art. 32. São absolutamente nulos os atos praticados por autoridade incompetente ou impedida, ou com preterição de quaisquer das garantias processuais constitucionais, devendo a nulidade ser declarada de ofício pela autoridade julgadora.

O Art. 53 § 2º inciso II do Decreto 25.468/99 esclarece ainda que, considera-se autoridade impedida aquela que não disponha de autorização para a prática do ato.

Sendo assim, voto pelo conhecimento do recurso oficial, negando-lhe provimento, para manter a decisão prolatada em 1ª Instância, declarando em grau de preliminar a **NULIDADE** processual, por impedimento do agente atuante, por não dispor de autorização para a prática do ato, e em conformidade com o parecer da douta Procuradoria Geral do Estado.

É o voto.

DECISÃO:

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA** e recorrido, **ROBERTO MATIAS DO NASCIMENTO**;

RESOLVEM os membros da 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do recurso oficial, negar-lhe provimento, para confirmar a **NULIDADE proferida em 1ª Instância**, nos termos do voto da Conselheira Relatora e parecer da douda Procuradoria Geral do Estado.

SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 17 de 10 2007.

pl Dulcímeire Pereira Gomes - Helena
Dulcímeire Pereira Gomes
PRESIDENTE

Gláucia Maria Frutuoso Saldanha
Gláucia Maria Frutuoso Saldanha
CONSELHEIRA

Mª Elineide Silva e Souza
Mª Elineide Silva e Souza
CONSELHEIRA

Helena Lúcia Bandeira Farias
Helena Lúcia Bandeira Farias
CONSELHEIRA RELATORA

Magna Vitória de Guadalupe S. Martins
Magna Vitória de Guadalupe S. Martins
CONSELHEIRA

Matteus Miana Neto
~~Matteus Miana Neto~~
PROCURADOR DO ESTADO

Maryana Costa Canamary
Maryana Costa Canamary
CONSELHEIRA

Fredérico Rozanan P. de Castro
Fredérico Rozanan P. de Castro
CONSELHEIRO

Fernanda Rocha A. do Nascimento
Fernanda Rocha A. do Nascimento
CONSELHEIRA

José Gonçalves Feitosa
José Gonçalves Feitosa
CONSELHEIRO